

Gênero e neoliberalismo: uma cartografia do lugar da mulher na política brasileira das novas direitas

Gender and neoliberalism: a cartograph of women's place in brazilian policy of new rights

■ Adalberto Ferdnando Inocêncio e Camila Carolina Hildebrand Galetti

Resumo

O presente ensaio teórico discute a ideia de que o liberalismo e o neoliberalismo não se resumem a modelos econômicos, instituindo, no âmbito político, posições diferentes de sujeito conforme seu gênero. O objetivo central desse ensaio foi o de cartografar alguns episódios políticos da realidade brasileira tendo como fio condutor as assimetrias de gênero, no intercurso do pós-golpe de Estado de 2016. A hipótese foi a de que o regime capitalista, em sua dobra financeirizada e neoliberal, retrocede a um projeto (neo)colonial, segundo o qual as mulheres não tensionam as estruturas de poder, ocupando um lugar já pré-estabelecido e reforçado pelas novas direitas.

Palavras-chave

Conservadorismo; Neoliberalismo; Mulheres; Política.

Abstract

The present theoretical essay discusses the idea that liberalism and neoliberalism are not limited to economic models, instituting, in the political sphere, different positions of subject according to their gender. The main objective of this essay was to map some political episodes of the Brazilian reality with a common thread in gender asymmetries, during the post-coup d'état in 2016. The hypothesis was that the capitalist regime, in its financialized and neoliberal fold, goes back to a (neo) colonial project, according to which women do not tension the structures of power, occupying a pre-established place and reinforced by the new rights.

Keywords

Conservatism; Neoliberalism; Women; Policy.

Introdução

O presente ensaio teórico centraliza sua discussão na ideia de que tanto o liberalismo como o neoliberalismo instituem posições diferentes de gênero situando-o como regime estruturante desses sistemas (BROWN, 2019; FRASER e JAEGGI, 2020). Ancorando-se nesse referencial teórico, aposta-se que as lideranças políticas, embora escolhidas para conduzir as esferas institucionais mais amplas, acabam por interferir no que se considerava por âmbitos relativos à “vida privada” dos indivíduos: o gênero, a sexualidade, as relações em família, o corpo, o erotismo, em suma, as formas de ser e se expressar no mundo.

Propõe-se utilizar-se o gênero como categoria de análise histórica (SCOTT, 1995), como conceito-operador capaz de agrupar e analisar – em suas recorrências e descontinuidades – um conjunto de acontecimentos políticos que acirraram a última década da política brasileira. A hipótese aventada aqui é a de que o regime capitalista, em sua nova dobra (financeirizada e neoliberal), “dissolve o véu de verniz democrático” de inclinação liberal, encampado por um regime econômico que, até então, levou às últimas consequências o resquício de um projeto (neo)colonial. Este, por sua vez, dita relações de poder e posições de sujeito hierarquicamente diferentes conforme o gênero, uma vez que este está ancorado numa moral de inclinação conservadora e predominantemente machista.

Procurar-se-á argumentar que em sua nova dobra, o regime colonial capitalístico global combina posições neoliberais com (neo)conservadoras (ALMEIDA, 2018; ROLNIK, 2018), o que resultará na entrada do capital global na realidade brasileira, arrastando consigo condições favoráveis para o extermínio de avanços progressistas conquistados nas últimas décadas, os quais envolveram e envolvem as questões de gênero, bem como o impacto do neoliberalismo no que tange os movimentos feministas, com a consolidação de um feminismo liberal.

As vias ensejadas na política representativa interessam a certas mutações subjetivas, específicas no âmbito da sexualidade e das relações de gênero, imanentes a um domínio já confiscado desde o projeto inicial do capitalismo que ainda está em curso (FOUCAULT, 2014). Figuras recentes da política representativa estadunidense, como Donald Trump, e na política brasileira, como Michel Temer e Jair Bolsonaro, reificam um campo político recente para o qual “[...] a estigmatização de modos de existência destoantes permite que se projete o mal-estar em segmentos da sociedade que destoam do modo de subjetivação dominante” (ROLNIK, 2018, p. 175).

O objetivo central desse ensaio foi o de cartografar alguns episódios políticos da realidade brasileira, no intercurso do pós-golpe de Estado- em 2016, usando gênero como categoria de análise, visando demonstrar as diferentes posições de sujeito conforme o gênero. Para a construção do *corpus* analítico da cartografia que se apresenta, contemplam-se desde pronunciamentos oficiais a enunciados midiáticos ou acontecimentos privados que ganharam o domínio público e evidenciam a consolidação de uma razão neoliberal que visa dismantlar as questões de gênero, os direitos humanos e todos os progressos galgados por movimentos sociais nas últimas décadas.

A construção estrutural das mulheres subjugadas na economia política

A análise adotada no presente ensaio não se atrela à um marxismo clássico, que separa e estrutura a organização social em termos de estrutura econômica, que funcionaria de maneira autônoma de uma superestrutura cultural. Tal quadro teórico não é suficiente para explicar que as crises no sistema atual não são de ordem meramente econômica.

Em vez disso, adota-se a analítica de Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2020)¹ de que uma estrutura é imanente à outra, no sentido que, ao ser instituída, retroage conformando a outra. De acordo com essas autoras as questões de gênero sempre foram historicamente centrais, de modo que, para que este paradigma economicista ortodoxo e reducionista funcionasse, questões de não reconhecimento e hierarquia no âmbito da sexualidade ocupassem o cerne da economia política ocidental. Em outras palavras, “a reprodução social é uma condição de fundo indispensável à possibilidade da produção capitalista” (FRASER e JAEGLI, 2020, p. 46) e, portanto, deve ser evidenciada e problematizada ao se pensar a gênese do capitalismo.

A intencionalidade não é problematizar a questão que permeia as teorias de gênero com a pergunta se classe antecede gênero ou vice-versa, mas sim, como pontua Cinzia Arruzza (2019), como ambos se entrelaçam num contexto de tentativa de desmantelamento dessas questões, acrescida da categoria raça, sob uma perspectiva interseccional que pautam raça, classe e gênero.

Com isso, essa seção busca apresentar alguns marcos históricos que visibilizam de que modos, no âmbito estrutural do capitalismo, ao longo de suas fases², que as mulheres ocuparam e continuam ocupando a posição de subjugadas. Argumenta-se que essa posição de sujeito não é uma simples “sobra residual”, mas uma lógica imanente à estrutura do sistema econômico e da economia política em vigência. Diferente do que ocorria em sociedades anteriores, Fraser e Jaeggi (2020, p. 49) explicitam que “o capitalismo institui uma divisão entre reprodução social e produção de mercadorias [...] essa divisão é inteiramente marcada por gênero, com a reprodução associada às mulheres e a produção, aos homens”.

O efeito dessa cisão se manifesta na naturalização do trabalho reprodutivo ao sexo feminino, como se as atividades do cuidado fossem inerentes ao ser mulher, o que resultou num apagamento das atividades do cuidado e de todo trabalho afetivo que está atrelado à isso. Sobre esse aspecto, Silvia Federici (2019) relata que tem sido reivindicado dentro dos feminismos contemporâneos uma maior visibilidade sobre tais questões, pois o neoliberalismo potencializou o apagamento do trabalho reprodutivo, o que resultou em uma crise do cuidado e do trabalho afetivo, pois só as mulheres vêm os desenvolvendo na sociedade, além de simultaneamente desempenharem trabalhos produtivos, resultado em duplas ou triplas jornadas de trabalho.

Como estrutura econômica e superestrutura ideológica não estão cindidas nessa analítica, toda alteração de fase do capitalismo altera, de uma só vez, a economia política que lhe é imanente. Quando o capitalismo mercantil transiciona, o regime liberal rapidamente

1Este ensaio adota a premissa política de dar visibilidade ao primeiro nome das autoras, dado que no apagamento ocidental o sobrenome geralmente é associado à figura do masculino.

2 As autoras consideram como fases do capitalismo o capitalismo mercantil, o capitalismo liberal, o capitalismo de Estado e o neoliberalismo.

inventa um novo imaginário burguês, centrado na diferença de gênero intensificada num novo ideal das “esferas separadas”. As autoras explicitam que, durante o fordismo, para que houvesse consumismo da classe trabalhadora nos países de centro foi necessária a semiproletarização dos domicílios, “[...] que combinava emprego masculino e trabalho doméstico feminino [...]” (FRASER e JAEGGI, 2020, p. 36). Nessa lente analítica, então, não se pode entender as políticas que permearam o “salário familiar” se analisadas separadas do androcentrismo.

Da mesma forma, na transição para um capitalismo administrado pelo Estado, também o imaginário de gênero se alterou. Desta vez, “[...] deu lugar à nova norma, mais ‘moderna’ e ‘democrática do salário familiar’”, inclusive com o apoio de movimentos de trabalhadores e da maior parte de mulheres da classe trabalhadora na instituição de um regime político no qual “[...] o homem que trabalha na indústria deve receber o suficiente para sustentar toda a família, permitindo que a esposa se dedique em tempo integral aos filhos e ao lar”, o que equivale na aceitação de um imaginário o qual, por definição, “o salário familiar institucionalizou a dependência das mulheres e a heteronormatividade” (FRASER e JAEGGI, 2020, p. 102-103).

Por fim, dos anos 1960 em diante, com a crise fiscal do Estado e a implementação do capital em sua nova dobra, a neoliberal, o emprego emerge como nova rota de autorrealização para os novos sujeitos políticos, incluindo as mulheres de classe média, para as quais o salário familiar parecia ultrapassado.

A ordem de gênero no capitalismo financeirizado foi construída sobre as ruínas do salário familiar no centro histórico. Esse arranjo sucumbiu a um duplo golpe. Primeiro, a uma queda acentuada nos salários reais, ancorada na passagem do trabalho manufatureiro [...] o que tornou virtualmente impossível sustentar uma família com um único salário. Depois, ao carisma do feminismo, que deslegitimou a dependência das mulheres de um provedor masculino. O que surgiu no lugar foi outro ideal, mais moderno: a ‘família com dois assalariados’ (FRASER e JAEGGI, 2020, p. 104-105).

O novo arranjo que tornou mulheres em assalariadas foi estabelecido sem dar a visibilidade necessária ao trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres para que a casa, os filhos e marido estivessem em boas condições, o que caracteriza o trabalho reprodutivo: as formas de prover e cuidar. Federici (2019) problematiza tal questão quando pontua que historicamente a questão da ‘produtividade’ sempre esteve relacionada à luta pelo poder social, enquanto o trabalho do cuidado ou doméstico foi naturalizado como feminino (2019, p. 26).

Essa naturalização pode ser considerada como um artefato histórico do capitalismo, no qual ele engendra certas questões como sendo naturais, porém, não sendo um estado ‘natural’ das coisas. E, no que tange a lógica neoliberal, ele apesar de parecer uma conquista, perpetua estruturas anteriores: nuclearização da família e sua construção como unidade especializada em reprodução social, operada por meio das diferenças de gênero que tomam a reprodução como trabalho das mulheres, de modo que “a semiproletarização é ainda mais pronunciada no neoliberalismo” (FRASER e JAEGGI, 2020, p. 103).

De acordo com as mesmas autoras, a incorporação das mulheres no trabalho não se deu na ocupação dos mesmos cargos que os homens; houve reação aos ideais apregoados pelo feminismo, bem como uma resposta reativa e conservadora no âmbito do neoliberalismo progressista. Sobre essa questão, cabe ressaltar o quanto o feminismo neoliberal, em vigência nos últimos anos, não oferece condições de mostrar saídas para as opressões que as mulheres

sofrem, até porque a finalidade deste não é emancipar mulheres e igualar as relações, mas sim, persuadir a uma visão de igualdade baseada no mercado. Tal corrente, portanto, é intrínseca ao capitalismo.

Neoliberalismo e neoconservadorismo: a dobradiça do regime colonial capitalístico

Suely Rolnik (2018) e Almeida (2018) explicitam que liberalismo e conservadorismo foram entendidos como processos historicamente divergentes nas fases anteriores ao capitalismo financeirizado de caráter global. Enquanto conservadorismo foi atribuído a relações arcaicas, geralmente associadas a processos civilizatórios tidos como “atrasados” – quando comparados a outras sociedades –, as prerrogativas liberais propuseram modelos de sociedade sofisticadas, de bases democráticas³.

Contudo, Suely afirma que na sua dobra recente, “o capitalismo financeirizado precisa de subjetividades rudes no poder, para fazer o trabalho sujo imprescindível para a instalação de um Estado neoliberal que, como conduta, implica na destruição de conquistas democráticas e republicanas [...]” (ROLNIK, 2018, p. 100). Ainda que o (neo)conservadorismo tenha adquirido força após a eleição de governos declaradamente alinhados às ideias conservadoras na Europa e EUA, o contexto da ascensão desta ideologia é mais complexo do que aquele que resultou na concessão de poder a figuras como Ronald Reagan, Margareth Thatcher e, mais recentemente, Donald Trump (ALMEIDA, 2018).

Na descrição de Almeida (2018), o neoconservadorismo estruturou-se como reação ao *Welfare State* (Estado de bem-estar social), à contracultura e à nova esquerda, fenômenos atrelados ao pós-Segunda Guerra Mundial. Para que se entendam as implicações específicas que o neoconservadorismo resguarda às relações de gênero e sexualidade na atual conjuntura é necessário explicitar algumas relações mais gerais que esse sistema apregoa em seu regime moral.

Para os neoconservadores, a crise econômica que atingiu o capitalismo no final dos anos 1960 era antes de tudo uma crise moral, ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais que governam a sociedade desde os primórdios da civilização, feito em nome de um igualitarismo artificialmente criado pela intervenção estatal. Deste modo, para os neoconservadores, a ruptura com as bases que permitiram a consolidação da sociedade ocidental fez com que “fossem apagadas as *diferenças naturais existentes entre os indivíduos* [aludindo à ideia de que] Diferenças de classe, *entre os sexos* e até mesmo as raciais sempre fizeram parte da ordem social [...]” (ALMEIDA, 2018, p. 28, grifos nossos).

Nessa discussão, faz-se necessário distinguir a moralidade tradicional que sustentou o ideário neoliberal, do moralismo que está atrelado à nova direita em ascensão no mundo, pois o que observamos na atual conjuntura é um híbrido dos pressupostos morais que foram fundantes no neoliberalismo.

Brown afirma que a moralidade tradicional atrelada com o mercado foi um dos pilares da lógica neoliberal difundida principalmente por Hayek e Friedman, pois esses afirmavam que

³ Ainda que, segundo os autores, fosse discutível o que se entendesse por democracia e para quem funcionaria sua compreensão nos regimes liberais.

o mercado e a moral, juntos, são o fundamento da liberdade, da ordem e do desenvolvimento da civilização (BROWN, 2019, p. 23). Já o moralismo, a grosso modo, é a imposição de valores a outras pessoas, é aquilo que se submete a um valor em um determinado contexto, ou seja, o conjunto dos hábitos, costumes e valores concretos de pessoas e grupos⁴. O moralismo torna-se a tônica da extrema-direita e isso se manifesta de diversas formas no ideário de que é necessário combater a imoralidade que permeia a esquerda, segundo tais atores.

A preocupação de governos neoconservadores está relacionada com condutas morais e sexuais, principalmente pelo fato de ter ascendido às pautas e discursos que dão visibilidade aos 'grupos minoritários', esses que ganharam força na última década principalmente via ciberativismo, resultando em uma maior disseminação as pautas feministas, raciais e de movimentos LGBTQIA+.

Assim, nas bases que organizam o pensamento de um neoconservador, a forte intervenção do Estado na economia e na vida dos cidadãos colabora - em suas políticas afirmativas de caráter assistencialista - para que a diferença natural entre os indivíduos seja minimizada, o que é algo negativo e que, a longo prazo, levaria a uma degradação cultural. Almeida (2018) complementa que, no caso do Brasil, esse mesmo sistema de pensamento direciona uma leitura pejorativa a grupos de pessoas que incorporam, dentre outras, as feministas, as quais, nesta leitura enviesada, se valeram historicamente da "permissividade" concedida pelo assistencialismo estatal e relativizaram a hegemonia daqueles que realmente são capazes de conduzir a sociedade e a economia.

Deste modo, para que a degradação cultural instalada na sociedade brasileira seja recuperada, a pauta neoconservadora defende como ideais: (1) a reestruturação da autoridade da lei; (2) o restabelecimento da ordem e da implantação de um Estado mínimo que não embarace a liberdade individual e a livre iniciativa (Cf. ALMEIDA, 2018) e; (3) o combate incessante, físico e simbólico das mulheres nos espaços representativos de poder, uma vez que as mesmas atrapalham uma ideia "natural" de funcionamento social (Cf. ROLNIK, 2018). Disso decorrem posições políticas do tempo presente, nas quais "[...] assistimos à eleição de líderes no governo que abertamente, e sem peias, fazem uma associação direta entre política e conduta moral e sexual" (SCHWARCZ, 2019, p. 198).

Nesse ínterim, cabe ressaltar o quanto o capitalismo se apropriou de certas pautas feministas, deixando-as bem alinhadas à lógica do empreendedorismo, da meritocracia, amparando-se no ideário do empoderamento feminino, questão essa que será tratada no ponto a seguir.

Conquistas femininas no âmbito da política representativa

No âmbito da cultura, por sua vez, importa salientar que a eficácia do neoconservadorismo no Brasil - apesar de um país situado na periferia política do capitalismo - não é totalitária, e seu exercício também cunhou histórias de combates.

No que consiste, ainda, aos aspectos culturais, a mídia hegemônica tem assumido um papel indispensável na conformação do imaginário durante momentos estratégicos. Ao analisar discursos midiáticos durante a eleição presidencial brasileira de 2010, Bin (2011, p. 158)

4 Conforme Márcia Tiburi, entrevista disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/golden-shower-uma-licao-de-moral/>.

constatou uma articulação midiática diferenciada voltada aos dois candidatos de então: no caso da candidata Dilma Rousseff, “[...] foram comuns as acusações contra seu projeto de governo, insinuações contra a integridade pessoal depreciações contra sua ascensão política”; enquanto para o candidato de oposição, José Serra, “[...] destacou-se o empenho em mostrá-lo como um político experiente, cujas ideias estariam inseridas em uma proposta de gestão moderna, conectadas com os tempos de globalização”. Ainda no caso do segundo candidato “[...] as matérias em grande medida foram simpáticas e calorosas, erigindo uma artificiosa aura de competência sem restrições”.

Posições hierarquizantes entre mulheres e política no âmbito brasileiro não são recentes, existindo desde o Brasil colônia, passando pelo Brasil república até a formação do Estado democrático de direito. Suas nuances, contudo, são complexas, de modo que reconhecer o relativo progresso na conquista de cargos do executivo não alterou, numa relação direta e linear, os regimes dos modos de subjetivação dominantes (ROLNIK, 2018; BRUM, 2019; SCHWARCZ, 2019).

Numa breve síntese histórica da política representativa, o exercício das mulheres não deve ser entendido como algo restrito à conquista do direito ao voto feminino em 1934, garantida na Constituinte de 1934 e proveniente do Decreto-Lei assinado em 1932 por Getúlio Vargas. Apesar desse “avanço”, o voto feminino era facultativo e tal decisão fora fortemente influenciada pela posição da Igreja Católica que, na época, só garantiu esse direito com base no “acordo” de que as mulheres retrocedessem na luta pelo divórcio (FAUSTO, 2015). Da consagração desse direito até 1950, elegeu-se apenas uma deputada federal, Ivete Vargas (sobrinha de Getúlio), enquanto durante o período de regime militar as mulheres foram temporariamente omitidas da cena política, levando a um apagamento simbólico da representação feminina no executivo.

Na década seguinte ao período de redemocratização, o Brasil incorporou referências da Conferência de Pequim⁵, como também é chamada a Conferência Mundial Sobre a Mulher, que ocorreu em Pequim, em 1995. Além dos direitos reprodutivos e da garantia da educação para as mulheres, bem como do enfrentamento para que se consolide sua permanência nos sistemas da educação básica à superior, a Conferência também pautou a representação feminina na política (BRASIL, 1995) resultando numa declaração e plataforma de ação, cujas medidas visavam ser progressivamente implementadas para as próximas décadas. Uma delas, a necessidade de implementação da igualdade política, ou seja, a garantia de um número de representantes equivalentes de cada gênero eleitos para as casas do legislativo. Na sequência, a ONU Mulher implementou, no Brasil, o Plano 50/50, cuja meta era de que, até 2030, as mulheres ocupassem 50% dos cargos políticos⁶.

Outro reflexo da Conferência de Pequim no Brasil se deu em 1997, com a implementação da Lei n.º 9504, que previa um mínimo de 20% de candidatas mulheres envolvidas nos pleitos

5 Vale sublinhar que antes mesmo desta Conferência, no Brasil se fazia presente o trabalho de base realizado pela Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), instituída em 1994 para coordenar as ações dos movimentos de mulheres brasileiras com vistas a sua consolidação como sujeito político no processo da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Igualdade, Desenvolvimento e Paz (ONU, Pequim, 1995). O Encontro Nacional de 1994 reuniu mais de 700 mulheres de todo o país, no Rio de Janeiro, e marcou o ápice desta que foi a primeira fase da AMB.

6 Medida que caminha no sentido de atender representatividade, uma vez que equivale à proporção de mulheres no Brasil, que é de 51,7%, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), 2018. Fonte disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 20 mar.2020.

eleitorais pelos partidos políticos. Em 1999, a mesma Lei passa a prever a porcentagem de 30%. Mas foi apenas em 2010 que o Supremo Tribunal Federal alterou, da referida Lei, determinando que a terminologia “deverá preencher” fosse substituída por “preencherá”, de modo que, até então, o entendimento do setor jurisprudencial era de que a medida fosse facultativa e não obrigatória.

Os fatores históricos descritos até aqui possibilitariam, em teoria, uma guinada a um quadro político progressista e mais representativo no que tange à participação feminina na política brasileira. Contudo, uma análise da configuração do presente mantém atual o questionamento do porquê os dados atuais ainda revelarem uma longa distância no cumprimento das propostas visadas pelas metas supracitadas. Por quais razões a política representativa ainda parece atender aos interesses dos setores masculinos?

Nova dobra do capitalismo e as forças reativas do gênero e sexualidade: entornos brasileiros

A presente seção busca aproximar algumas relações existentes na nova dobra do capital com as questões de gênero, destacando os domínios que são designados à hierarquia de gênero imanente à lógica desse conjunto de valores.

É na dobradiça entre neoliberalismo e neoconservadorismo que emerge a nova dobra do capitalismo, o regime colonial capitalístico ou cafetinístico. Por este conceito Rolnik (2018) designa o regime do capitalismo em sua versão contemporânea – financeirizada, neoliberal e globalitária – que começa a se formar na guinada do século XIX para o XX e se intensifica após a primeira guerra mundial com a internacionalização dos capitais. Este novo regime não se sustenta apenas da acumulação do capital, mas da cafetinagem da força vital. O referido regime se encontra no ponto máximo de seu desenvolvimento, caracterizando-se pela captura do desejo de criação, o que contribui na idealização do passado colonial, que retorna ao momento presente com a justificativa de que é necessário abrir mão de certas conquistas para priorizar a circulação do capital. Como esse regime elimina conquistas progressistas, a autora argumenta que ele se caracteriza pelo sexismo, racismo e todos os “ismos”.

Pinheiro-Machado (2019) associa intimamente as questões de gênero à organização política do capital ao situar Wall Street, em Nova York, não só como símbolo de vitalidade, mas também de vaidade e virilidade, do mercado financeiro estadunidense. A representação-mor desta interface foi esculpida na estátua do touro de Wall Street, de 3,5 toneladas de cobre, localizada nas proximidades da mesma avenida. Na visão da antropóloga brasileira, não foram apenas os atributos econômicos que se colocaram à prova na grande crise econômica de 2007/2008, mas a virilidade masculina, inerente ao próprio setor imobiliário, de forma particular, mas também da política. Na esteira desse argumento, Lazzarato (2019, p. 9, grifo nosso) concorda que a derrocada financeira de 2008 inaugurou uma sequência de rupturas políticas “praticadas por forças neofascistas, *sexistas* e racistas”.

No âmbito das expressividades de gênero e sexualidade, a nova dobra do capital, arrastando ideais neoconservadores, trabalhará no sentido de perscrutar o social tentando produzir processos de submissão, que retornam nesses momentos de “crise” insistindo em algumas mobilizações: (1) a tentativa de retorno “aos valores da heterossexualidade monogâmica da família nuclear patriarcal como forma absoluta de laço social e de erotismo” (ROLNIK, 2018, p. 168); (2) a hierarquia superior masculina nesta organização heterossexual

monogâmica e; (3) às posições de sujeito estabelecidas e localizadas conforme seu gênero, levando em conta um passado histórico.

O objetivo inerente à primeira mobilização é o de interromper a propagação do processo pulsional de criação de novos modos de existir nesses terrenos, reificando a ideia de que todo momento de crise busca associar as formas sociais às figuras conhecidas e situadas num campo moral tido como “mais aceitável”, pois familiar ao regime colonial que insiste persistir no imaginário da população brasileira. Enquanto a segunda e a terceira têm a ver com o fato de que “No Brasil, é impossível separar a crise econômica da crise do macho” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 92). Um dos fatores que contribuem para que isso aconteça é que “[...] as crises financeiras dão ensejo a uma fase política marcada pela lógica da guerra ou, mais precisamente, pela reintensificação da guerra de classe, de raça e *de sexo* que é, desde sempre, o fundamento do capitalismo” (LAZZARATO, 2019, p. 37 grifo nosso).

Alguns dos entrelaçamentos teóricos apresentados até aqui são passíveis de verificação em resultados de pesquisas de campo. Durante as eleições presidenciais de 2018, a antropóloga brasileira Pinheiro-Machado (2019) constata posições machistas e misóginas⁷ evidenciadas com a recessão que atravessa o país. É interessante notar o alto teor de ressentimento que opera em diferentes respostas, mas cujos sentidos se afunilam:

Em comum, o fato de serem machos em crise que experimentavam o que o filósofo norte-americano Jason Stanley chama de ansiedade sexual, termo usado para descrever o medo que os homens têm de perder poder na hierarquia patriarcal, especialmente diante da ascensão do feminismo [...] E aí volto à questão da crise econômica, porque ela desestabiliza o papel estruturante da identidade de muitos homens: o de provedor [...]

[...] No plano prático, motoristas de aplicativos diziam querer se armar para se defender dos possíveis assaltantes. No plano simbólico, rodeado por uma narrativa moral acerca de um mundo perdido, ficava evidente que eles queriam se armar contra uma realidade que liam como desgovernada e, sobretudo, que não controlavam mais [...]

No patriarcado, em tempos de recessão, um homem em crise de identidade é um ser reativo que vê a ascensão das mulheres como uma ameaça (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 92-93).

Também em sua imersão na rede social Facebook durante o período eleitoral, ao perscrutar um grupo pró-Bolsonaro (o qual ela opta por não nomear), identifica um discurso de medo voltado a dois movimentos sociais específicos: o comunismo e o feminismo (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Ela analisa que os discursos voltados a essas duas frentes se inter cruzam⁸, de modo que, na mentalidade de uma parcela significativa de brasileiros “a ditadura do proletariado se torne a ditadura da baranga” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 154).

Uma das explicações para a noção de medo, calibrada nos momentos de crise, está direcionada ao modo pelo qual a figura do gênero feminino é herdada do Brasil colônia: a representação da mulher submissa, propriedade, feminina, decorativa, reclusa, servindo, todas

7 Do grego *miseó*, ódio e *gyné*, mulher.

8 Ao situar um dos enunciados redigidos por uma apoiadora: “Minha bandeira jamais será vermelha”, a autora analisa que, nesse viés, que confunde comunismo com uma ideia enviesada do feminismo, é bastante passível se interpretar que a mesma pudesse ter dito: “Minha vagina jamais será peluda” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 154).

essas características, ao binômio esposa/mãe ou objeto sexual. Na análise histórica de Lilia Schwarcz (2019) a noção de poder atrelado à figura máscula do senhor que caracterizava esse período histórico estendia-se a outros territórios, como o controle feminino: da esposa, da escravizada ou da liberta, da namorada ou companheira.

No imaginário social que parece herdar tão fortemente esse passado histórico, não é difícil imaginar que essa sociedade politicamente orientada pela hegemonia do masculino volta seu ódio às mulheres que destoam dos “lugares” privados, uma vez que, como explica Ribeiro (2018, p. 105), em nossa sociedade ainda persevera uma *nostalgia colonial* – também por parte da esquerda – “[...] que insiste na separação das pautas de gênero e raciais como pontos importantes dos seus projetos, citando esses temas de forma superficial e constantemente paternalistas [...]”.

O desequilíbrio sexual, tônica do Brasil colônia, assenta-se nos princípios de sua construção histórica: não apenas os colonizadores homens, mas também os escravizados, chegavam em nossas terras em maior número. A desproporção foi um dos fatores que explica (mas não justifica) a divisão desigual entre os gêneros⁹. Mais tarde, uma série de instituições – como o direito, a organização social do trabalho, a ausência de políticas afirmativas para o exercício da cidadania feminina – continua trabalhando na manutenção desse *status quo*.

Ainda de acordo com Schwarcz (2019), embora a entrada da linguagem dos direitos civis da mulher que marcaram os anos 1970 permitisse que as mesmas galgassem novos postos e posições que, por sua vez, garantissem a luta contra a assimetria de gênero do período colonial, a mesma fez com que muitos homens se sentissem prejudicados ou até inseguros diante dessa autonomia e independência, haja vista a perigosa ruptura protagonizada pela mulher que deixou de brilhar na representação única do espaço recluso da domesticidade, como mãe, cuidadora ou trabalhadora doméstica no imaginário social.

Nesse sentido, não é estranho que, na atual conjuntura, o feminismo seja lido como intimidação, já que assentado numa analítica de viés masculinista (mas, também, na mentalidade de muitas brasileiras¹⁰). Este associa equivocadamente “feminismo” à representação de “antifeminino”, o que é lido como ameaça à composição da família tradicional (PINHEIRO-MACHADO, 2019). É nesse viés que as questões de gênero assumem uma posição perversa: o grupo pró-Bolsonaro investigado na anteriormente referida imersão à rede social não se posiciona contrário às mulheres; posiciona-se contrário às mulheres de inclinação política feminista, ou seja, aquelas que desafiam os velhos valores coloniais, bem como da ditadura militar de 1964, da organização da família nuclear e das diversas formas de submissão à figura do *pater família*. É este o “recorte” discursivo utilizado para afirmar que o atual

9 Ainda que esse ensaio se baseie na noção de gênero como categoria analítica, é necessário fazer menção ao recorte de raça, que funciona, aqui, como uma subdivisão. No Brasil colônia – como nas relações que se “arrastam” até as sociedades hodiernas – o gênero não era o único fator de desigualdade. Entre a parcela de mulheres, a raça era (e ainda é) um fator limitante. Na descrição de Schwarcz (2019), cabiam às mulheres brancas o “recato do lar” e servir aos maridos, engravidar e envelhecer rápido; enquanto para as mulheres negras estaria designado o trabalho braçal – doméstico e referente à cozinha – e o abuso sexual dos senhores, encoberto para a preservação moral da “família nuclear”. A historiadora resgata dois ditados populares desse período, usados com bastante recorrência: “As brancas são pra casar, as negras para trabalhar e as mulatas para fornicar” e “A negra no fogão, a mulata na cama, a branca no altar” (SCHWARCZ, 2019, p. 193-194).

10 Schwarcz (2019, p. 197) pondera que “[...] Afirmações misóginas fazem parte do nosso cotidiano e estão invadindo a esfera política, ainda dominada pelo universo masculino e por mulheres que não reconhecem nos feminismos, quaisquer que sejam eles e qualquer que seja o grupo que representem, uma bandeira de luta e de reivindicação justas”.

presidente do Brasil não é machista! “As acusações soam como pura palavra de ordem da esquerda, uma vez que o campo da extrema-direita já blindou sua narrativa a favor da mulher, ou melhor, da mulher depilada, sarada, protetora da família [...]” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 155-156).

O filósofo Jason Stanley (2018) já elencava o apreço de períodos autoritários a passados míticos, gloriosos e puros, que só existem no ideal da mente autoritária. Nesse passado reina a família patriarcal (razão pela qual decorrem enunciados bastante familiares: “no meu tempo não existia isso”, voltadas às expressões de gênero e sexualidades desviantes) e os papéis de gênero entendidos como tradicionais, homens masculinos ocupando posições de poder e mulheres femininas submissas e “ornamentais”. No Brasil, esse passado mítico serviu de argamassa para endossar os governos nazifascistas dos anos 1930 e 1940, mas também “[...] tem funcionado como paradigma de uma série de líderes políticos contemporâneos” (SCHWARCZ, 2019, p. 227).

Na esteira de Stanley, Lilia Schwarcz (2019, p. 197) argumenta que novos governos autoritários têm se apresentado no Brasil a partir da nostalgia do retorno¹¹ aos “bons tempos”, aqueles dos valores da “família tradicional e patriarcal”, mas, no fundo, apregoam apenas uma recente distopia: “aquela que em vez dos afetos distribui ódios segregativos”. Complementa, ainda, que a história tem evidenciado que “[...] quanto mais autoritários são os regimes políticos, maiores são as tendências para que se intensifiquem tentativas de controle das sexualidades, dos corpos e da própria diversidade” (SCHWARCZ, 2019, p. 206).

É ainda Schwarcz (2019) quem pondera que a misoginia pode se manifestar em diversas gradações: indiferença, apagamento político e simbólico, desprezo, exclusão social, ódio e até eliminação da cena social ou violência física de gênero, o que é considerado crime de feminicídio. As bases misóginas da sociedade brasileira são decorrentes da “[...] antiga formação patriarcal [...] a qual carrega, até a atualidade, a certeza do privilégio masculino, a banalização da violência contra a mulher e a tentativa de sua objetificação sexual” (SCHWARCZ, 2019, p. 186).

Com base nas inúmeras estatísticas provenientes dos órgãos que se responsabilizam pelo registro de queixas e violências contra a mulher, a historiadora afirma que, a partir de 1970 – década que assinalou ampla reivindicação feminina ao mercado de trabalho, à democracia representativa e à vida social mais ampla (deslocada do regime privado do lar) na realidade brasileira, – é possível analisar uma correlação entre a imposição das mulheres à sua independência e autonomia e a reação masculina e as demonstrações de misoginia (SCHWARCZ, 2019).

No âmbito da política representativa e na cena pública, a desigualdade de gênero, discutida até aqui, é nítida. Terminadas as eleições de 2018, havia apenas 55 mulheres entre 513 deputados federais, totalizando 10,7% das cadeiras. Numa pesquisa citada pela mesma autora, que inclui 138 países, o Brasil ocupa a 115.^a posição no que se refere à representação política feminina. A inexpressiva presença das mulheres nas principais instituições executivas do país é uma manifestação simbólica da misoginia, e não está atrelada às formas de violência mais severas, uma vez que ela performa um imaginário masculinista de sociedade, para o qual

11 Lazzarato (2019, p. 53) chega a afirmar que a eleição de Trump proporcionou gozo aos brancos estadunidenses, ao defender sua “whiteness” contra as raças que ameaçam; ou ainda o gozo dos homens quando os movimentos neoconservadores prometem o reestabelecimento do poder que perderam impondo a ordem da família e da heterossexualidade.

a perda de privilégios pode dar vazão à violência física, em última instância (SCHWARCZ, 2019) Esse mesmo imaginário também explica o fato de que muitas mulheres eleitas democraticamente nem sempre criam ou aprovam pautas políticas que lhes favoreçam.

Insurgências no âmbito brasileiro: o sujeito feminino em questão

Esta última seção buscará dar um contorno material às relações apresentadas e discutidas até aqui. Pode se dizer que se trata da tentativa de cartografar, em fatos históricos, acontecimentos referentes aos efeitos da hierarquia de gênero na cena política brasileira que integra, em sua dobra atual, o neoliberalismo e o neoconservadorismo, discutidos até aqui.

Pinheiro-Machado (2019), cartografa alguns acontecimentos políticos importantes à luz do gênero como categoria analítica. Destaca as colunas da revista *Carta Capital*, de autoria da analista feminista Joanna Burigo, que chamou a atenção para a lógica de como o patriarcado opera na foto da composição ministerial de Temer, ao assumir o governo federal (Figura 1) ainda em 2016, contando apenas com homens brancos nominados para seus ministérios.

Pélobart (2019) analisa que, por meio desta imagem (Figura 1), foi possível identificar a que(m) veio o governo Temer, em 2016 “[...] reafirmar que governo é assunto de macho, branco, homem de família, político profissional, banqueiro experiente, empresário bem-sucedido, aliado das corporações do agronegócio, das igrejas pentecostais” (PÉLOBART, 2019, p. 130). Facilmente se poderia argumentar que aquele ministério era apenas o contrário de tudo o que, desde o governo Lula, foi tendo voz, com toda a *diversidade de gênero*, raça, origem social.

Brum (2019, p. 153) argumenta que a mesma fotografia produziu estranhamento: “Como um retrato do presente que já surge amarelado. Só brancos, só homens, só velhos. Nenhuma mulher. Nenhum negro. Nenhum indígena”. Na perspectiva da análise jornalística não se tratava apenas de uma imagem, mas de uma mensagem poderosa: “A ponte para o futuro era uma ponte para o passado [...]” (BRUM, 2019, p. 153).



Figura 1: Composição ministerial de Michel Temer, em 2016. **Fonte:** Site Cultura AM 960¹².

12 Disponível em: <http://www.culturaam960.com.br/2016/08/michel-temer-toma-posse-como-presidente-e-tera-mandato-ate-2018>. Acesso em: 29 mar.2020.



Figura 2: Marcela Temer em matéria da revista *Veja*, em 2016. **Fonte:** Site Portal raízes¹³.

Para que a imagem de Temer fortaleça a simbologia do masculino provedor, descrita pelos autores, o contraponto necessário é a figura feminina (ocultada da imagem) que, neste caso, aparece em uma matéria da revista *Veja*, bastante discutida na época, dado seu título: “Bela, recatada e do lar” (Figura 2). Sob as linhas “gosta de aparecer pouco”, “é formada em direito, mas nunca exerceu a profissão”, e “já participou de concursos de miss”, Marcela Temer é figurada ao papel da mulher branca do Brasil colônia, aludida ao domínio privado, distante do exercício público da política representativa contraposta à figura de Dilma, quem anteriormente ocupou tal posição.

Na análise de Brum “Marcela não foi um apêndice do governo Temer, mas a própria expressão do governo Temer. Marcela foi vendida como uma personagem de propaganda dos anos 1960” (BRUM, 2019, p. 209). A figura feminina deste caso joga com a antiga companheira de chapa, Dilma, sua antípoda, que tomou posse ao lado da filha e não de um marido. Marcela não aparecia no retrato da posse de Temer, mas era onipresente. “Ela não era representada como a grande mulher atrás do grande homem, mas como um bibelô de longas pernas, a ex miss Paulina décadas mais jovem cuja missão era assegurar a potência do presidente do Brasil” (BRUM, 2019, p. 209).

A reportagem da *Veja* nos agencia à dobra neoliberal-neoconservadora, uma vez que atualiza a hierarquia superior masculina (a mulher em casa enquanto o homem governa o país). É a narrativa dos “bons tempos”, máxima dos governos autoritários, como expresso por Schwarcz (2019); mas, também, a narrativa livre da “ditadura da baranga”, como expresso por Pinheiro-Machado (2019), uma vez que Marcela é feminina (em vez de feminista), “gosta de vestidos na altura dos joelhos” e “só sai de casa para cuidar de sua saúde e do filho”¹⁴, como alude a mesma matéria.

Em suma, as fotografias do marido presidente e da mulher primeira-dama aludem à mesma formação discursiva: “O deslocamento do lugar da mulher, da primeira presidenta, o papel de máximo protagonismo de um país, para o de primeira-dama clássica, o bibelô por trás do (pequeno) grande homem, é decisivo” (BRUM, 2019, p. 209). O roteiro do *impeachment* tem muitas faces, uma delas é a da primeira mulher que assumiu o poder no Brasil invertendo lugares por meio da traição daquele que ocupava o lugar subalterno de vice.

13 Disponível em: <https://www.portalraizes.com/1belarecatadaedolar/>. Acesso em: 29 mar.2020.

14 Todos os excertos referentes a esta matéria foram retirados de: <https://www.portalraizes.com/1belarecatadaedolar/>.

No imaginário misógino que circulava anteriormente à ocupação de Temer ao poder, Pinheiro-Machado (2019) ainda lembra que o *impeachment* da primeira presidenta do Brasil não poupou no *slogan* gendrado “Tchau, querida” e “A culpa é da Dilma”, e que cidadãos comuns colavam em seus carros um adesivo representando Dilma Rousseff de pernas abertas (Figura 3), de modo que, no momento do abastecimento do veículo a bomba de gasolina se alocava na posição de sua genitália.

Brum (2019, p. 106) destaca que os elementos usados para desqualificar Dilma não foram um dado qualquer. Apesar de seu uso ter sido associado à justificativa de um protesto contra a corrupção, “[...] a mensagem era tão explícita quanto o ato. A presidenta era estuprada a cada vez que o tanque era abastecido”.



Figura 3: Adesivo de carro que representava a então presidenta Dilma Rousseff. O adesivo foi bastante consumido pelos apoiadores do *impeachment*/golpe de Estado em 2016. **Fonte:** Site Bahía Notícias¹⁵.

A ênfase à genitália feminina também aparece no contexto da votação do *impeachment*, em que Bolsonaro, ainda deputado naquele contexto, dedicava seu voto ao coronel Brillhante Ustra, conhecido pelo método de tortura caracterizado pela introdução de ratos nas genitálias das mulheres. Ribeiro comenta que tanto o golpe que causou o *impeachment* da então presidenta, como o mais recente assassinato da vereadora do PSOL, Marielle Franco, representam, “[...] de formas violentas distintas, que o lugar da mulher como ser político está em risco” (RIBEIRO, 2018, p. 106).

Ainda sobre o feminino em segundo plano, durante uma plenária o a época líder do Partido Social Liberal (PSL), Carlos Bolsonaro, subiu à tribuna para responder um pronunciamento, acompanhado de cinco deputadas bolsonaristas: Bia Kicis (DF), Caroline de Toni (SC), Major Fabiana (RJ), Chris Tonietto (RJ) e Soraya Manato (ES)(Figura 4). “Além da roubalheira que esse pessoal da esquerda cometeu e que revoltou tanto as pessoas, esse tipo de discurso também revolta. A deputada [*Fernanda Melchionna*] diz que fala em nome de todas as mulheres. Calma aí! Será que não tem mulher aqui comigo, não?”, perguntou. Atrás dele, as deputadas sorriram. Eduardo Bolsonaro pontuou a frase mandando “uma banana” e fazendo o gesto correspondente com os braços, em “nome de todas as mulheres”¹⁶.

15 Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/174814-adesivos-misoginos-com-a-imagem-de-dilma-rousseff-causam-revolta-na-internet.html>. Acesso em: 29 mar.2020.

16 Reportagem disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/anatomia-de-uma-foto/>. Acesso em: 29 mar.2020.



Figura 4: Carlos Bolsonaro, na tribuna. **Fonte:** Site Folha de São Paulo¹⁷.

Tal imagem acompanhada das afirmações de Carlos Bolsonaro (PSL), ilustram o quão as mulheres são adornos nessa lógica, e também do quanto o poder masculino não foi deslocado na estrutura política defendida por esses. Em seu pronunciamento, as mulheres subiram mudas e desceram caladas, demonstrando ser coniventes ao discurso de Carlos e ocupando o lugar destinado por elas numa lógica patriarcal.

Na análise de Pinheiro-Machado (2019, p. 91), esses episódios não são aleatórios, uma vez que nos últimos anos, “[...] o Brasil tem legitimado e mobilizado a misoginia, outrora dispersa e envergonhada”. Assistimos, num momento de recessão econômica e conservadorismo moral, a ascensão de uma caricatura moral masculinista¹⁸ que perscruta o imaginário social em todas as partes: “do Palácio do Planalto ao homem comum que se sente autorizado a matar uma mulher-propriedade” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 91).

A análise de conjuntura – também composta nas imagens selecionadas para expressá-las esteticamente – demonstrou que, da macropolítica do golpe de Estado misógino à micropolítica dos adesivos de carro reacionários, a “corda arreventou” do lado da mulher! É como se o que fosse anunciado por representantes de Estado, mesmo em declarações que não se pretendem assumir como de caráter oficial¹⁹, tivesse encorajado o cidadão comum no que ele tem de mais reativo. Já se sabe que “[...] na era bolsonarista, os casos de feminicídio têm aumentado de maneira exponencial” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 91).

17 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/anatomia-de-uma-foto/>. Acesso em: 29 mar.2020.

18 Na eleição presidencial de 2018, Pinheiro-Machado (2019) identifica que as mulheres se tornaram o centro, uma vez que a rejeição ao candidato era alta entre elas. Segundo a pesquisa do Datafolha, até agosto daquele ano, Bolsonaro detinha a média de 36% das intenções de voto entre homens e apenas 18% entre as mulheres. Tal dado aponta uma cisão de gênero nunca antes vista a mais de duas décadas.

19 Como a declaração do então deputado Jair Bolsonaro endereçada à deputada Maria do Rosário tanto em 2003, como em 2018, em que ele volta a reafirmá-la após ela se referir à ditadura militar como uma “vergonha absoluta” na história do Brasil. Fonte: <https://lunatenorio.jusbrasil.com.br/noticias/156410097/nao-te-estupro-porque-voce-nao-merece-volta-a-dizer-bolsonaro-a-deputada>. Acesso em: 29 mar.2020.

Considerações finais

Não se deve encarar as análises cartografadas neste ensaio como um modo de vida que “vem para ficar” e se erige como se não houvesse alternativa. Tratam-se de expressões da dobra neoliberal-neoconservadora, instaurada por forças políticas que atendem ao capital. Na contramão do touro de Wall Street, a “Fearless Girl” (garota destemida) foi instalada pela agência McCann Nova York com o objetivo de chamar a atenção para a diversidade de gênero na liderança corporativa. Se o touro representou o legado masculinista da política econômica do mercado imobiliário, a menina representa o empoderamento feminino que “enfrenta” o touro e foi colocada diametralmente à sua frente por pressões da sociedade civil que perceberam as assimetrias de gênero decorrente do atual regime.

Procurou-se visibilizar que não é possível analisar os episódios da política brasileira sem fazer um recorte de gênero. Também não se descarta, à esteira das análises de Pinheiro-Machado, (2019), que o reacionarismo emergente também pode ser entendido como, entre muitos outros fatores, uma reação à conquista discursiva de muitos movimentos, como o feminismo, as posições antirracistas e anti-fóbicas promovidas pelos grupos LGBTQIA+, não à toa, grupos que reivindicam, cada um a seu modo, a expansão do olhar restritivo aos “lugares” designados a homens e mulheres nas sociedades.

Também não se pode descartar as inúmeras formas de organização recentes que tensionam as questões de gênero, a exemplo, as manifestações #EleNão – o maior protesto de mulheres da história brasileira de acordo com a cientista política Céli Pinto à BBC Brasil –, a Marcha das Margaridas, os Programas Rede Emancipa e o Emancipa Mulher, os atos contra o assassinato da vereadora Marielle Franco em diversas regiões do Brasil, no interior desses movimentos que intentam deflagrar posições anti-democracia. Esses episódios evidenciam que não há uma história uníssona, e as resistências à atual dobra do capital financeirizado já operam, também, nas questões de gênero. Bem como, a ascensão da nova-direita e o seu impacto no que tange às questões de gênero não possui um desenho fixo, tendo em vista, como citado acima, vem acompanhado de resistência.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de Almeida. Neoconservadorismo e liberalismo. *In*: GALLEGO, Esther Solano (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 27-32.
- ARRUZZA, CINZIA. *Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo, Editora Usina, 2019.
- BIN, Marco Antonio. As mídias sociais na democratização e transformação social da América Latina. *In*: SANCHES, Tatiana Amendola (org.). *Estudos culturais: uma abordagem prática*. São Paulo: Editora Senac, 2011, p. 153-168.
- BRASIL. MRE. *Relatório Geral sobre a Mulher na Sociedade Brasileira – IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz – Pequim 1995*. Apresentação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, Brasília, dezembro de 1994.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

- BRUM, Eliane. *Brasil: construtor de ruínas - um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- LAZZARATO, Maurizio. *Fascismo ou revolução: o neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: N-1 edições, 2019.
- PELBART, Peter Pál. *Ensaio do assombro*. São Paulo: N-1 edições, 2019.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- RIBEIRO, Stephanie. Feminismo: um caminho longo à frente. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 103-108.
- ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

Adalberto Ferdnando Inocêncio – Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor Colaborador da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Campus Cianorte. E-mail: afinocencio88@gmail.com

Camila Carolina Hildebrand Galetti - Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília (UNB). E-mail: cchgaletti@gmail.com